

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.146 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2000

MANUAL ORIENTA CANDIDATOS A PREFEITO

PÁGINA 2

FIQUENE ELOGIA AÇÕES EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

PÁGINA 4

Simon presta homenagem a Getúlio Vargas

Ao prestar uma homenagem a Getúlio Vargas pela passagem de 46 anos de sua morte, em 24 de agosto de 1954, o senador Pedro Simon afirmou que o ex-presidente foi “um político exemplar”. Prova disso, segundo o senador, é o fato de Getúlio não ter adquirido nenhum bem pessoal durante os anos em que esteve no poder. Somente depois da morte, conforme Simon, é que o país percebeu a importância do ex-presidente.



Getúlio Vargas: morte há 46 anos lembrada ontem no Senado

PÁGINA 4

Senado vota semana contra câncer de próstata

PÁGINA 2



O Banco Central deverá esclarecer aos senadores da Subcomissão do Judiciário as providências que está tomando para identificar o destino do dinheiro da obra do fórum



Subcomissão ouvirá BC sobre rastreamento de contas no caso do TRT

Senadores aprovam também requerimento para que TCU informe sobre declarações de bens de Eduardo Jorge

A Subcomissão do Judiciário ouvirá o chefe do Departamento de Supervisão Direta do Banco Central, Paulo Sérgio Cavalheiro, para obter informações a respeito de rastreamento de contas dos subpostos envolvidos no desvio de verbas destinadas à construção do fórum trabalhista de São Paulo. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador Bello Parga, foi aprovado pela subcomissão.

PÁGINA 3



Em entrevista a Fernando Cesar Mesquita (E), Humberto Souto esclareceu o papel do TCU na fiscalização das irregularidades

SOUTO DEFENDE TCU EM ENTREVISTA À TV SENADO

PÁGINA 3

Renúncia fiscal beneficia os mais ricos, diz Viana

O senador Tião Viana afirmou que a renúncia fiscal praticada pelo governo propicia o enriquecimento ilícito de quem já é privilegiado no Brasil. Viana comparou os números desse benefício com os recursos destinados a hospitais públicos.



Tião Viana cobrou medidas para acabar com a “festação”

PÁGINA 4

Senado vota medidas contra o câncer de próstata

Projeto de lei institui programa nacional de controle e prevê diversas atividades preventivas, a se desenvolverem sob a coordenação do Ministério da Saúde, para enfrentar a doença, que atinge principalmente os homens com mais de 65 anos

O Senado deve votar em setembro projeto de lei que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, acompanhado por campanha institucional a ser desenvolvida a partir de 27 de novembro, Dia Nacional de Combate ao Câncer.

Pela proposta, a promoção e a coordenação da semana serão de responsabilidade do Ministério da Saúde. A campanha publicitária institucional prevista no projeto deverá conter mensagens sobre o que é o câncer de próstata e suas formas de prevenção. Além disso, haverá várias atividades, como o estabelecimento de parcerias com as secretarias estaduais e municipais de Saúde para realizar exames gratuitos, com o objetivo de prevenir a doença.

Segundo justificativa da autora do projeto, a deputada Telma de Souza (PT-SP), o machismo e a



A matéria deverá ser votada pelo Plenário em setembro

desinformação estão impedindo que os homens adotem os cuidados preventivos recomendados.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que relatou a matéria na Comissão de Educação, concorda com a análise. Ele disse esperar que a iniciativa contribua para maior conscientização a respeito do tema e reduza o tabu e o preconceito que impedem a prevenção da doença.

De acordo com dados apresentados por Sebastião Rocha, apenas 5% dos homens acima de 50 anos têm feito o exame de sangue conhecido como PSA. Para cada 100 mil habitantes, há 22 casos de câncer de próstata. Nos homens com mais de 65 anos, a incidência aumenta para 220 casos. Esses números se referem a estatísticas apuradas no estado de São Paulo nos últimos dois anos.

Suplicy cria fórum para discussão de renda mínima

Um fórum para análise das experiências mundiais de concessão de renda mínima está aberto na página do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) no site do Senado na Internet. Trata-se da Bien (Basic Income Earth Network), entidade-irmã da Basic Income European Network, rede europeia da renda básica, fundada em 1986 para difundir experiências de renda mínima aplicadas no mundo.

A idéia de Suplicy é intensificar a discussão de experiências como bolsa-escola, Imposto de Renda negativo, crédito popular, renda de cidadania e concessão de renda mínima, hoje praticadas em países dos cinco continentes. Ele teve a autorização do presidente e do se-



Suplicy defende há nove anos a garantia de renda mínima no Brasil

cretário-geral do organismo europeu para criar a entidade no Brasil.

Qualquer pessoa interessada no assunto pode acessar o site, associar-se à entidade ou trocar idéias sobre a garantia de renda mínima aos brasileiros sem recursos, proposta que Suplicy defende há nove anos. Segundo ele, este seria um instrumento fundamental para erradicar a miséria, incentivar a presença das crianças nas escolas, combater o trabalho infantil, acabar com a desnutrição, tirar a criança e o adolescente das ruas, melhorar a qualificação profissional e possibilitar às famílias pobres o resgate de sua dignidade.

Suplicy diz que, com seu proje-

to, será possível aumentar significativamente o ritmo de crescimento da economia, em função da demanda que se criará por bens de primeira necessidade, como alimentos, e da ampliação das possibilidades de emprego. Em sua opinião, a renda mínima propiciará ainda qualidade na segurança pública, com a diminuição da criminalidade, em função da melhoria das condições sociais.

Conforme Suplicy, o Brasil é o país de maior diferença entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres. "Em nosso caso, essa diferença é de nada menos que 28 vezes", informou o senador. No seu entender, o elevadíssimo grau de concentração de renda e de riqueza é uma característica marcante da economia brasileira nas últimas décadas, incluindo os seis anos de Plano Real.



O diretor de Serviços de Polícia Comunitária do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Thomas C. Frazier, visitou ontem o Senado, acompanhado do subprocurador da República Amaury José de Aquino Carvalho e de Thomas H. Lloyd, representante da embaixada norte-americana. Eles foram recebidos pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita.

Ibam lança manual de orientação a candidatos

Às vésperas das eleições municipais, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) tornou disponível em sua página na Internet (<http://www.ibam.org.br>) um manual de orientação a candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador.

Escrita em linguagem simples e objetiva, a cartilha *Município para Candidatos* reúne informações essenciais sobre organização política, administrativa e financeira das cidades, além de relacionar suas responsabilidades perante a população. Os candidatos são incentivados a adotar o planejamento municipal como principal instrumento administrativo e a priorizar a adoção de projetos coerentes com as maiores demandas sociais. O livro atribui ainda às câmaras municipais o papel de canalizar a mobilização popular e identificar soluções para os problemas da comunidade.

"A adoção de políticas e estratégias coerentes com o crescimento do município deve estar na ordem

de preocupação dos governantes locais, sobretudo aquelas relacionadas com educação, saúde, saneamento, crescimento econômico e social, direitos humanos e conservação do meio ambiente", recomenda o Ibam. Com 80 páginas, a versão eletrônica de *Município para Candidatos* pode ser consultada e reproduzida gratuitamente.

Brasil 500



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Nabor Júnior
 4º Secretário: Casildo Maldaner
 Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
 Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
 Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
 Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
 Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Ministro defende atuação do TCU em entrevista à TV Senado

Em entrevista exclusiva, que a TV Senado leva ao ar amanhã e no domingo, às 11h e às 23h, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Humberto Souto respondeu as críticas que a instituição vem recebendo em função da fiscalização das irregularidades na obra do Tribunal Regional do Trabalho de São

Paulo (TRT-SP).

Souto, que deverá assumir a presidência do TCU em dezembro, defendeu a participação de políticos na composição do tribunal, e procurou demonstrar que a análise que vem sendo feita da atuação do TCU no episódio do TRT-SP está equivocada.

Índios pataxós visitam estande do Senado na Feira do Livro da Bahia

A IV Feira Internacional do Livro da Bahia permitiu o encontro de índios pataxós do sul do estado com o Senado Federal. No estande do Senado, os índios receberam exemplares da legislação indigenista consolidada, além da Constituição federal. Os pataxós participam do evento com apoio do Sebrae, divulgando seu artesanato e sua cultura em Salvador.



Os índios Katão e Wayhana com a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira

Os índios Karkaju e Katão e as índias Wayhana e Anari Pataxó, de duas tribos da região de Porto Seguro, também fizeram assinatura gratuita do *Jornal do Senado* e cadastraram-se no programa de doação de livros da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

– Desenvolvemos um trabalho de conscientização em oito escolas de tribos pataxós, capacitando os índios para manterem suas atividades e sua cultura – afirmou Karkaju, 22 anos, vice-cacique da tribo de Co-roa Vermelha, contente por poder

ter à mão as leis federais que definem a situação dos índios no Brasil.

Anari Pataxó, 20 anos, acredita que o material pode ser útil, principalmente para o desenvolvimento de material didático que leve em consideração referências indígenas.

– Em vez de dar exemplos comuns à cultura dos brancos, tentamos ensinar usando coisas que fazem parte da vida na tribo – disse Anari, que coordena um grupo de 16 professoras indígenas da Secretaria de Educação de Porto Seguro.

Subcomissão ouvirá BC sobre o rastreamento de contas

Chefe do Departamento de Supervisão Direta do Banco Central, Paulo Sérgio Cavalheiro, deverá prestar depoimento nos próximos dias

Para obter maiores informações a respeito da operação de rastreamento das contas dos supostos envolvidos no desvio de verbas destinadas à construção do fórum trabalhista de São Paulo, a Subcomissão do Judiciário ouvirá, nos próximos dias, o chefe do Departamento de Supervisão Direta do Banco Central, Paulo Sérgio Cavalheiro. Requerimento nesse sentido, apresentado pelo senador Bello Parga (PFL-MA), foi aprovado nesta semana pela subcomissão.

Os procuradores da República que prestaram depoimento há duas semanas à subcomissão queixaram-se da lentidão do Banco Central na liberação de informações sobre o rastreamento dos cheques utilizados para o pagamento das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Eles disseram ainda que o rastreamento era parcial e não identificava para onde teriam sido dirigidos os recursos depois de feito o pagamento pelo governo à empresa encarregada da construção do fórum.

A subcomissão aprovou também requerimento do senador Amir Lando (PMDB-RO) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre as declarações de bens e rendas e a evolução patrimonial do ex-secre-



Requerimento de Bello Parga, aprovado pela subcomissão, pede o depoimento de representante do BC

tário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e de sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, referentes ao período entre a publicação da Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, e a data de afastamento de ambos de cargos ou funções públicas.

Ao justificar seu pedido, Lando recordou que a Lei 8.730 torna obrigatória a apresentação de declaração de bens no momento de entrada no exercício do cargo ou função pública, no final de cada exercício financeiro e nas hipóteses de exoneração ou afastamento definitivo. “Sob a égide da lei, não há sigilo de informações para os titulares de cargos ou funções públicas”, afirma Lando. O senador foi indicado pelo presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), como representante junto

ao Banco Central para acompanhar a coleta de informações obtidas a partir da quebra de sigilo bancário dos envolvidos com o desvio de recursos para a obra do TRT-SP.

A subcomissão aprovou ainda três outros requerimentos. O primeiro, de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), prevê o convite à juíza Maria Calsing, ex-presidente do TRT do Distrito Federal, para falar na subcomissão a respeito do relacionamento entre os Poderes Executivo e Judiciário na elaboração e na execução orçamentárias. Dois outros requerimentos – apresentados pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) e senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Amir Lando (PMDB-RO) – pedem informações sobre contratos firmados entre o governo e empresas de prestação de serviços na área de informática.

De acordo com a justificativa dos dois requerimentos, vêm sendo denunciadas pela imprensa várias irregularidades nos contratos firmados pelo governo com empresas de informática. Essas empresas, de acordo com notícias colhidas pelos três senadores, manteriam vínculos informais com Sérgio Otero Ribeiro, presidente do Serpro, cujas relações com Eduardo Jorge seriam, para os autores do requerimento, “bastante próximas”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – O professor Vital Didonet e a representante do Banco Mundial, Maria Madalena dos Santos, falam das políticas públicas para a primeira infância
7h30 – *Entrevista* – Sen. Henrique Loyola fala sobre ensino profissionalizante
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – *Trama do Olhar* – A questão histórica
9h – Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Subcomissão do Judiciário (reapresentação)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – Sen. Clodoaldo Torres fala sobre desarmamento
19h – *Cores do Brasil* – Cerrado brasileiro
19h30 – *Cidadania* – Sen. Geraldo Althoff e o coordenador de Pós-Produção em Acupuntura da UnB, prof. Fernando Genschow, falam sobre a acupuntura e a medicina
20h30 – *Entrevista* – Sen. Henrique Loyola fala sobre ensino profissionalizante
21h – *Jornal do Senado*

21h30 – *Canal Médico* – Aids
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Ópera *Orfeu e Eurídice*
24h – *Redescoberta do Cinema Nacional* – *Guerra do Brasil*, de Sylvio Back

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste. Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste. Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Aprovado voto de pesar pela morte do ex-deputado Pires de Sabóia

O Senado aprovou ontem voto de profundo pesar pela morte do ex-deputado federal, jurista, jornalista, professor e escritor José Pires de Sabóia Filho. O requerimento foi apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP) e também assinado pelos senadores Bello Parga (PFL-MA), Edison Lobão (PFL-MA) e Ribamar Fiquene (PFL-MA). A Casa vai enviar condolências à família, ao estado do Maranhão e aos jornais *Correio Braziliense* e *O Imparcial*, vinculados aos Diários Associados, grupo a que era ligado o jurista.

No requerimento, o senador José Sarney informa que José Pires de Sabóia Filho morreu no último dia

19, aos 84 anos, no Hospital do Coração, em São Paulo. Foi enterrado no dia 20, em Brasília. Pires de Sabóia foi duas vezes deputado federal pelo Maranhão, trabalhou durante 20 anos no Banco do Brasil e era professor de Direito na Universidade Federal do Maranhão.

O ex-deputado foi um dos 21 acionistas que participaram do condomínio acionário criado por Assis Chateaubriand, e, em 1980, assumiu a consultoria jurídica dos Diários Associados. No cargo, sua maior vitória foi numa ação de perdas e danos contra a União, em 1997, porque os Associados haviam tido seis concessões de rádio e TV cassadas.



José Sarney propôs o voto de pesar, assinado também pelos senadores do Maranhão

Pires de Sabóia foi diretor-geral de *O Imparcial*, em São Luís (MA), e como poeta e cronista teve um livro publicado pela Fundação Assis Chateaubriand, *Lembranças de um advogado*.

Renúncia fiscal beneficia privilegiados, diz Viana

O senador pediu a adoção de “medidas duras para acabar com a festança” que tem sido a concessão de isenções pelo governo

Afirmando que a renúncia fiscal praticada pelo governo tem propiciado o enriquecimento ilícito de quem já é privilegiado no Brasil, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou ontem estar perplexo com matéria sobre o tema publicada pelo *Jornal do Brasil*. A reportagem “Filantropia



Viana afirmou estar “perplexo” com os valores das isenções

oficial de R\$ 1,9 bilhão só favorece classes média e alta”, disse o parlamentar, choca quando se compara esse valor com o dinheiro aplicado em hospitais da rede pública.

Tião Viana pediu “medidas duras para acabar com essa festança” e, sempre se referindo à matéria, considerou “surpreendente” que a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira, que administra o Hospital Albert Einstein, tenha gozado em 1999 de um privilégio de isenção da ordem de R\$ 22,4 milhões. E para o ano de 2001, lembrou, há uma previsão de R\$ 27,9 milhões em isenção.

Tendo feito especialização médica em São Paulo e tendo já visitado

doentes naquele hospital, Tião Viana observou: “A última coisa que imaginei ver um dia seria o Hospital Albert Einstein integrado ao Sistema Único de Saúde ou integrado à ação de filantropia ou de solidariedade humana à população pobre do Brasil. Ali, todos sabem que, naquele ambiente de castelo, onde somente os ricos podem entrar, não se vê pobre de maneira alguma”.

O senador afirmou estar atônito ao verificar que o hospital foi beneficiado no ano passado com R\$ 22,4 milhões, ao mesmo tempo que o Hospital Escola da Universidade de Brasília, que atende pacientes do Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e até comunidades indígenas tem um orçamento de pouco mais de R\$ 5 milhões para este ano.

De acordo com o parlamentar, as dificuldades para que essas distorções sejam corrigidas se agravam uma vez que o próprio Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) admite que o controle sobre a

filantropia ainda é inadequado. “Não dá para vigiar todo o país daqui de Brasília”, justifica o vice-presidente do órgão, Antônio Brito, segundo relato de Tião Viana.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) solidarizou-se com Viana, acrescentando que, enquanto o governo “faz tudo para facilitar os interesses das elites, através de mecanismos como o da renúncia fiscal, as dificuldades para conseguir recursos destinados à educação ou à saúde pública não podiam ser maiores”.

— É por isso que não tenho nenhum respeito por essas elites mesquinhas, completamente voltadas para sempre ampliar seu patrimônio, mesmo que isso exija o sacrifício de vidas humanas, como é rotina neste país — declarou.

O senador Lauro Campos (PT-DF), também em aparte, voltou a denunciar a existência de “várias máfias” que estariam agindo para sugar a economia do país. Ele referiu-se ao recente lançamento do livro *Morcegos Negros*, no qual, disse, o autor “prova a presença de diversos setores da máfia agindo no Brasil”.

Heloísa protesta contra multa imposta ao país pela OMC

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou contra a multa imposta ao Brasil pela Organização Mundial do Comércio (OMC), no valor de US\$ 1,3 bilhão, a ser paga ao Canadá, sob alegação de que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) foi beneficiada pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex), o que teria



Heloísa Helena criticou a “submissão do governo” à decisão da OMC

prejudicado a empresa canadense Bombardier. A parlamentar criticou também a submissão do Brasil à sentença da OMC.

— Foi uma decisão covarde do go-

verno — disse Heloísa Helena, ao afirmar que a organização beneficiou abertamente o Canadá. Ela estranhou que o governo brasileiro tenha recebido “com naturalidade” a punição, mesmo sob protestos de técnicos da Embraer.

A senadora entende que a OMC demonstrou, no episódio, ser um instrumento destinado a impedir o livre comércio e defender interesses comerciais das grandes economias. No caso, atendeu exclusivamente aos interesses canadenses, concluiu.

Fiquene elogia ações do ministro Sarney Filho

Apesar de reconhecer que o atual panorama político justificaria uma tendência ao pessimismo e à indignação por parte da população brasileira, o senador Ribamar Fiquene (PFL-MA) destacou ontem o progresso registrado pelo Brasil na área do meio ambiente, particularmente na gestão de José Sarney Filho à frente do ministério responsável pela área.

Ao tomar posse, ressaltou o senador, Sarney Filho ficou alarmado com o intenso desmatamento da Amazônia. “O ministro não hesitou em suspender as licenças de desmatamento e em proibir a concessão de novas autorizações até que os setores envolvidos firmassem um compromisso de revisão de suas atividades.” Ato contínuo, disse ele, Sarney Filho mostrou-se implacável com madeireiros, garimpeiros e outros setores que põem os próprios interesses econômicos acima da política de preservação do meio ambiente. Também foram tomadas, disse, medidas severas contra os desastres ecológicos provocados pela Petrobras.

Para Fiquene, no entanto, a atuação do ministério não se resume a prevenir e combater catástrofes ecológicas. “Tanto que Sarney Filho tem, como uma das principais preocupações de sua gestão, a relação entre agricultura e preservação ambiental, uma relação difícil, devido ao modelo agrícola predominante no país, baseado em monoculturas de capital intensivo e alta produtividade, com seus efeitos deletérios de empobrecimento do solo, erosão, assoreamento dos rios,



Segundo Fiquene, o Brasil progrediu na área do meio ambiente devido às ações ministeriais

crescente sensibilidade das culturas às pragas e contaminação de trabalhadores e dos alimentos por eles produzidos”, disse.

— Sarney Filho tem-se mostrado especialmente preocupado com os danos provocados pela expansão descontrolada da atividade agropecuária, pois constatou que as perdas no setor já alcançam US\$ 5,9 bilhões, equivalentes a 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) — afirmou.

Entre outras realizações do Ministério do Meio Ambiente, o senador também destacou a implantação do projeto Recuperação de Áreas Alteradas da Amazônia, integrado ao programa Amazônia Sustentável; a campanha Amazônia Fique Legal, “a maior operação de fiscalização e legalização já realizada na região”; o programa Zoneamento Ecológico-Econômico, em parceria com os ministérios da Agricultura, da Integração Nacional e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e o programa Brasil Joga Limpo, que visa reduzir o impacto do lixo sobre o meio ambiente.

Simon lamenta atraso no lançamento do código de ética

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a demora do presidente da República em impor ao seu governo e aos servidores públicos um código de ética. Ao comentar a frase do ex-ministro Ciro Gomes de que “Fernando Henrique não rouba, mas deixa roubar”, o parlamentar disse concordar com a afirmação, mas acrescentou que o presidente “precisa ser mais firme”. Ele disse torcer para que o chefe do Executivo, apesar de baixar o ato com mais de seis anos e meio de atraso em relação ao início de sua gestão, efetivamente use o código de ética e demita quem contrariá-lo, “nem que seja o Malan”.

Simon também lembrou ontem mais um aniversário da morte do ex-presidente Getúlio Vargas, a quem lembrou como um “político exemplar”, que não adquiriu ne-

nhum bem pessoal durante os anos em que esteve no poder, segundo disse. O senador lembrou que Getúlio Vargas cometeu suicídio na madrugada de 24 de agosto de 1954 “para evitar um golpe de Estado, resistir à pressão dos militares pela renúncia e, principalmente, evitar uma guerra civil no país”. Só depois da tragédia, disse Simon, a mídia percebeu o papel de Getúlio Vargas “para consolidar a nação brasileira e acabar com a política dos presidentes (governadores) estaduais antes da Revolução de 30”. Simon destacou ainda a “dignidade e honestidade do doutor Getúlio, que deixou para seus filhos muito menos do que recebeu como herança de seu pai”.

O senador gaúcho disse que, apesar dos equívocos de Getúlio Vargas, como o golpe do Estado Novo, em



Simon também lembrou mais um aniversário da morte de Getúlio Vargas

1937, a História mostrou que ele, na Presidência, “foi de uma retidão que chegava ao exagero”. Essa mesma honestidade foi também apontada por Simon em relação à passagem de Itamar Franco pela Presidência. “Não há governo que tenha tido maior preocupação com a ética do que o governo Itamar”, observou.

Simon lamentou que um dos primeiros atos do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando assumiu, tenha sido acabar com a comissão de notáveis criada por Itamar para combater a corrupção. “Hoje”, acrescentou, “os jornais dizem que o presidente quer criar a comissão de novo. É bom, mas é tarde”.